

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 696.944 - DF (2004/0146255-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**EMBARGANTE : UNIÃO**  
**EMBARGADO : GILSON DA SILVA MENEZES**  
**ADVOGADO : ALBERTO CRISPIM GONÇALVES - DF001098**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. CANDIDATO NOMEADO E EMPOSSADO NO CARGO PÚBLICO HÁ MAIS DE 20 ANOS EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA. EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ATÉ A DATA DA APOSENTADORIA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015 (vigente na data da publicação do provimento jurisdicional impugnado), são cabíveis embargos de declaração com fundamento na existência de obscuridade, de contradição, de omissão e/ou de erro material no julgado embargado. Não constituem, portanto, instrumento adequado para demonstração de inconformismos da parte com o resultado do julgado e/ou para formulação de pretensões de modificações do entendimento aplicado, salvo quando, excepcionalmente, cabíveis os efeitos infringentes, o que, contudo, não configura a hipótese dos autos.

2. O acórdão embargado foi claro e expresso ao consignar que, em que pese a atual orientação jurisprudencial do STJ e da Suprema Corte quanto à inaplicabilidade da teoria do fato consumado às hipóteses de ingresso no serviço público sob o amparo de medidas de natureza precária, a situação posta na presente demanda reveste-se de peculiaridades que demandam a flexibilização dessa orientação, uma vez que: a) o ora embargado foi nomeado e empossado no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional há mais de 20 anos; e b) exerceu a função até a sua aposentadoria.

3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

unanimidade, rejeitar os embargos de declaração nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

